

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELI MONTEIRO GREIN

**A RELAÇÃO FAMÍLIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: BIBLIOGRAFIA E
PERSPECTIVAS**

CURITIBA

2015

FRANCIELI MONTEIRO GREIN

**A RELAÇÃO FAMÍLIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: BIBLIOGRAFIA E
PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Paraná, apresentado
como requisito parcial a obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Gizele de Souza

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCIELI MONTEIRO GREIN

A RELAÇÃO FAMÍLIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: BIBLIOGRAFIA E PERSPECTIVAS

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para obtenção de título de graduação em Pedagogia, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dra. Gizele de Souza
Orientador – Departamento de Planejamento e Administração
Escolar

Elisângela Iargas Luzviak Mantagute

Curitiba, 16 de dezembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir iniciar essa caminhada, que me deu forças para chegar até aqui, lugar que não é o fim, mas uma pausa para tentar refletir tantos acontecimentos e decidir o que fazer daqui para frente. Pelas vezes que Te procurei, na maioria para pedir e muito pouco para agradecer. Obrigada Meu Deus.

Aos meus pais pela educação e o incentivo que me deram, fazendo acreditar em algo mais, por ouvirem meus relatos de experiência sem muito entender do assunto. A minha família, pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu esposo pelo incentivo e compreensão, ao seu jeito, nos momentos difíceis e delicados desse período.

Aos amigos distantes e aos presentes...

Aos amigos que fiz durante a graduação, muito carinho!

A minha tão atenciosa e querida orientadora Professora Doutora Gizele de Souza. Os encontros eram sempre animadores, recompensadores. Sempre paciente me ajudou a passar pelas dificuldades na produção, desenvolvendo grandemente seu papel. Muito obrigada.

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazer se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar levantamento bibliográfico acerca do tema que é a relação família e educação infantil a partir da produção acadêmica específica em educação e analisar e traçar perspectivas acerca de como tal temática vem sendo estudada no Brasil. O levantamento da produção bibliográfica especializada, no formato de teses e dissertações, sobre o tema foi realizado por meio dos descritores “Família e Educação Infantil” e “Família e Creche” no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Tanto para os temas eliminados - aqueles que não tinham relação com o tema específico, quanto para os selecionados foram apresentados dados por meio de gráficos e tabelas. Os trabalhos que não atenderam ao objetivo dessa monografia se apresentaram em maior número. Foram seis produções analisadas no final dessa etapa. Na análise dos trabalhos também foram levantados dados como a instituição, área de conhecimento e períodos das produções. Referente à análise do método utilizado pelas autoras levantou-se dados referentes ao lócus da pesquisa, os instrumentos utilizados e os sujeitos pesquisados. A análise dos trabalhos mostrou que a relação família e educação infantil passa por vários desafios, entre eles questões relacionadas aos impactos e avanços da legislação sobre o tema, os encontros e desencontros das educadoras e dos pais sobre o papel de cada um dentro da instituição, a divisão de tarefas, o desenvolvimento das relações, as mudanças nos arranjos e nas estruturas familiares. Porém indica a necessidade do conhecimento das famílias por parte do profissional da instituição, a formação de professores – tanto inicial quanto continuada, criar estratégias para construir a parceria com os pais ou responsáveis sempre pensando no desenvolvimento integral da criança.

Palavras – chave: Família e Educação Infantil. Família e Creche. Educação Infantil. Relação Família e Creche.

ABSTRACT

This academic work have with object realise one lifting bibliographic about this subject that is the Family Relation and Childhood Education from the academic production specific on education, analyze and draw prospects about how this theme has been studied in Brazil. The lifting of production bibliographic specialized, the format theses and dissertations, about the subject performed by the writers "Family and Childhood Education" and "Family and kindergarten" on the bank of theses in the coordination of personal development on superior level – CAPES. For the themes eliminated – That don't has relation with the specific theme, that for the selections as for the selected data through charts and tables were presented. works that did not meet the objective of this monograph is presented in greater number. Six productions were analyzed at the end of this stage. In the data analysis work has also been raised as the institution, field of knowledge, periods of production. Concerning the analysis method used by the authors rose data for the locus of research, the instruments used and the research subjects. The analysis of the work showed that the family relationship and child-rearing undergo a number of challenges, including issues related to the impacts and progress of legislation on the subject, the similarities and differences among educators and parents about the role of each within the institution, the division of labor, the development of relations, changes in the arrangements and family structures. But it indicates the need for knowledge of families on the part of the institution's professional, teacher training - both initial and ongoing, strategize to build partnership with parents or guardians always thinking about the development of children.

Keywords: Family and Childhood Education, Family and Kindergartens, Childhood Education, Family Relation and Kindergartens

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – TOTAL ENCONTRADO POR PALAVRA-CHAVE.....	20
QUADRO 1 – DADOS SOBRE OS TRABALHOS.....	20
GRÁFICO 2 - TOTAL DE ELIMINADOS POR PALAVRA-CHAVE.....	21
GRÁFICO 3 - TEMAS ELIMINADOS.....	22
GRÁFICO 4 – TOTAL RELACIONADO À ÁREA DA EDUCAÇÃO INFANTIL..	23
GRÁFICO 5 – TRABALHOS POR PALAVRA-CHAVE.....	24
TABELA 1 – ÁREA DE CONHECIMENTO.....	25
TABELA 2 – ÁREA DE CONHECIMENTO.....	25
TABELA 3 - PERIODIZAÇÃO DOS TRABALHOS.....	26
TABELA 4 – LÓCUS DA PESQUISA.....	26
TABELA 5 – TIPO DE INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS PESQUISAS.....	27
TABELA 6 – SUJEITOS ENTREVISTADOS NAS PESQUISAS.....	28
QUADRO 2 - TESES/DISSERTAÇÕES QUE CORRESPONDEM AO TEMA ABORDADO.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
------------------	----

l) Delimitação do tema	10
------------------------------	----

CAPÍTULO 1) ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE FAMÍLIA E EDUCAÇÃO INFANTIL	19
---	----

1.2 TEMAS ELIMINADOS	20
----------------------------	----

CAPÍTULO 2) ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E EDUCAÇÃO INFANTIL	24
--	----

2.2 NATUREZA, OBJETIVOS, PROCEDIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES DOS TRABALHOS EXAMINADOS	28
--	----

2.2.1. PROCEDIMENTOS DOS TRABALHOS.....	28
---	----

2.2.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS DE PESQUISA DOS TRABALHOS..	33
--	----

ANEXO.....	53
------------	----

INTRODUÇÃO

1) Delimitação do tema

A escolha inicial do tema é decorrente das experiências nos estágios nas instituições de educação infantil realizados no percurso do curso de Pedagogia, tanto aquele que fora realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Curitiba, como também o vivenciado em instituições privadas particulares, experiências nas quais foi possível perceber situações relacionadas à presença ou ausência dos familiares e responsáveis em momentos importantes para as crianças na instituição, bem como a relação que a instituição estabelece com as famílias das crianças pequenas.

Apesar de preceitos diferentes, a família e a instituição de educação compartilham da responsabilidade sobre o desenvolvimento da criança. Segundo Seeferdet et al. (1998), ambas podem apresentar formas de interação que dificultam o relacionamento, ou seja, cada uma tem suas características o que de certa forma pode não fazer bem para os dois lados (SEEFERDET ET ALL, 1998, apud SAMBRANO, 2010, p. 149). Para Cynthia Sarti e Damaris Maranhão (2010) nem sempre os papéis são delimitados, uma vez que o cuidado com as crianças existe nas duas instituições, podendo levar a conflitos entre ambas as partes:

As fronteiras entre a casa e a creche nem sempre são claras, uma vez que, cotidianamente, em ambos espaços sociais são vivenciados os cuidados corporais e o intenso processo de crescimento e desenvolvimento das crianças, gerando conflitos entre as famílias, os profissionais e as crianças que se relacionam precisamente a essa inevitável sobreposição de eventos. (SARTI; MARANHÃO, 2010, p. 234)

Por entender que esta complexa relação não se dá espontaneamente, tem suas marcas históricas e culturais, avaliou-se necessário compreender a situação da produção deste tema na área de educação infantil. Nesta direção, optou-se por estabelecer como objetivos do trabalho monográfico: realizar levantamento bibliográfico acerca do tema – família e educação infantil - a

partir da produção acadêmica específica em educação; analisar a produção acadêmica selecionada e traçar perspectivas acerca de como tal temática vem sendo estudada no Brasil.

Para tanto, faz-se necessário compreender, mesmo que brevemente, acerca do contexto no qual a temática se insere – ou seja, como a educação infantil configura-se no Brasil como etapa educativa. No que se refere a legislação, Maristela Angotti (2009) afirma que, em questões relacionadas à legislação, no Brasil muitos foram os avanços no que diz respeito à educação infantil sobre a necessidade de uma compreensão e disposição de direitos em relação à qualidade de atendimento das crianças. Sobre tais avanços, a autora esclarece que:

No Brasil das ultimas décadas revelou em sua estrutura legal avanços no entendimento sobre o que seja a infância, em como entender a criança e oferecer-lhe garantias institucionais para que se assegure, na pratica social, o direito da mesma de consequente atendimento educacional pedagógico. (ANGOTTI, 2009, p.17).

Nesse sentido, Fátima Costa (2010), avalia também os avanços, enfatizando a especificidade dos direitos da criança nessa etapa:

O país dá um salto nas políticas educacionais, valorizando, destacando e impulsionando diretrizes fundamentais no segmento da Educação Infantil, enfatizando o direito de a criança não ser exclusivamente educada, mas também cuidada e vice-versa. (COSTA, 2010, p. 61).

Evelise Portilho et al (2013) explicita que “o cuidado torna-se uma característica fundamentalmente humana e necessária no processo educativo, abrangendo cuidado material, pessoal, social, ecológico e espiritual” (PORTILHO, RIBEIRO, MEDINA, 2013, p. 307).

Numa perspectiva de educação que considera a criança da educação infantil em sua totalidade, na qual o cuidado tem grande importância, Taciana Sambrano (2010) comenta sobre como se deu o processo no Brasil:

O atendimento institucionalizado a crianças menores de sete anos apresenta uma história recente no país. Embora iniciativas no campo da Educação Infantil existam há mais de cem anos, nas últimas décadas, acompanhando uma tendência internacional, os órgãos educacionais brasileiros, relacionados a políticas publicas e propostas para a educação da infância, têm determinado que as suas funções

devem estar associadas às concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais e culturais. (SAMBRANO, 2010, pg. 147).

No final dos anos 1990 Beatriz Cerisara analisa a relação entre educar e cuidar e afirma que tal binômio corresponde a uma função indissociável e complementar a educação das crianças de 0 a 6 anos. Nas palavras da autora: “para que se possa avançar na compreensão do uso destes dois termos – educar e cuidar – é preciso lembrar, que mesmo que brevemente a forma como creches e pré-escolas surgiram e se consolidaram no Brasil”. (CERISARA, 1999, p. 12). A autora ainda adverte sobre a “falsa divisão” (p. 12) entre esses dois termos cuidar e educar, já tendo sido considerado na história da educação infantil brasileira o cuidado traduzido como forma de trabalho mais ligado “às atividades de assistência à criança pequena, as quais era dado um caráter não educativo” (p. 12). Nesta perspectiva a educação assume uma dimensão de instrução. A autora entende que a manutenção na legislação educacional brasileira dos termos educar e cuidar relaciona-se ao percurso histórico das creches e pré-escolas e avalia que a “interpretação reducionista do pedagógico, acabou por trazer para as creches e pré-escolas uma desvalorização das atividades ligadas ao cuidado das crianças pequenas”. Importante aqui ressaltar que a crítica apresentada por Cerisara revela que:

Essa dicotomização entre as atividades com perfil mais escolar e as atividades de cuidado, revelam que ainda não está clara uma concepção de criança como sujeito de direitos, que necessita ser educada e cuidado, uma vez que ela depende dos adultos para sobreviver e também pelo fato de permanecer muitas vezes de 10 a 12 horas diárias na instituição de educação infantil. (CERISARA, 1999, p. 17).

Ainda sobre esta discussão – da relação cuidado e educação – Daniela Guimarães traz outras reflexões – apresenta o cuidado como ética. Guimarães (2009) traz como consideração o sentido que é dado pelas educadoras sobre a importância de que muitas vezes “estar trabalhando é estar em cena, intervindo: dar de comer, dar banho, fazer dormir, mostrar objetos” (p. 101), mas é importante observar nas crianças aquilo que elas produzem entre elas, pois “as crianças aprendem no espaço, na disposição das coisas, na

organização do tempo” (p. 101). Concorde-se com a autora quando esta defende que:

A postura do adulto no contato com a posição que a criança ocupa implica uma atitude ética, uma reflexão sobre modos possíveis de ação, um jeito de ser, um modo de “cuidar” que envolvem não só intervir ou iniciar ações na direção das crianças, mas também agir sobre si mesmo, refletir sobre o sentido do seu próprio olhar e emoção, tendo em vista observar bebês e dar sustentação às suas experiências. (GUIMARÃES, 2009, pg. 105).

A autora ressalta a importância do envolvimento por parte das educadoras na participação das atividades junto das crianças, no sentido de propiciar a reflexão sobre a própria prática no trabalho com as crianças:

Considerar a qualidade ética do cuidado implica, para além do atendimento às necessidades básicas das crianças (muito importante também no cotidiano), que as recreadoras possam se envolver em um trabalho sobre si mesmas, que coloque em questionamento seus modos de fazer, sentir, olhar e agir com as crianças. (GUIMARÃES, 2009, p.107).

A perspectiva de cuidado e educação da criança pequena surge no Brasil a partir do final dos anos oitenta e início dos noventa do século XX. Tal conceito se agrega a uma nova perspectiva de educação infantil preconizada nos anos oitenta, fruto dos debates e lutas pelos direitos das crianças à educação em fins dos anos sessenta e setenta.

Como já adiantava Maria Malta Campos em artigo publicado em 1986, os debates acerca do direito à educação da criança pequena e o papel da educação infantil vão se redefinir na Constituição Federal de 1988. Segundo Campos (1986) a oferta de instituições de ensino públicas é “uma exigência relativa ao direito das crianças à educação, é que tanto creche, como pré-escola, devem ser incluídas também na parte da Constituição que trata da educação” (p. 59).

Neste texto constitucional, a Educação Infantil é reconhecida como um direito da criança e dever do Estado:

O atendimento em creches e pré-escolas como um direito social das crianças se concretiza na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação, processo que teve ampla participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de

redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação. (BRASIL, 2009).

Observa-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a obrigatoriedade referente à idade e a efetivação da gratuidade do ensino e o fato de que a Educação Infantil deixava de ter apenas um caráter assistencial passando a integrar questões relacionadas à educação em nível de legislação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

IV. atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; (BRASIL, 1988).

Com base na Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a legislação que orienta a educação no país, oficializou após sua promulgação a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica - lembrando que a mesma é composta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – segundo o Parecer 20/2009 do Conselho Nacional de Educação “introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, dentre as quais, a integração das creches nos sistemas de ensino compondo, junto com as pré-escolas, a primeira etapa da Educação Básica” (2009, p. 1). No artigo 29 e 30 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional são expostas as finalidades quanto ao desenvolvimento da criança em vários aspectos e onde a Educação Infantil deve ser oferecida, inclusive indicando a mesma como complementar a ação da família:

Seção II Da Educação Infantil

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (BRASIL. 1996).

Para que o desenvolvimento da criança aconteça de forma integral faz-se necessário a indissociabilidade das funções educar e cuidar, articulação e

diálogo entre família, instituição e comunidade para expandir conhecimentos acerca da aprendizagem e os interesses da criança.

Diante dos documentos e orientações da legislação vigente nos dias atuais, acompanhou-se no Brasil, no início da década 1980, uma intensa discussão entre o caráter educacional e assistencial das instituições. Segundo Moyses Kuhlmann Junior (2000), a defesa do caráter educacional das creches foi intensa visto que ainda existia uma polêmica diante do assistencial:

Educacional ou pedagógico são vistos como intrinsecamente positivos, por oposição ao assistencial, negativo e incompatível com os primeiros. Isto acaba por embaralhar a compreensão dos processos educacionais da *pedagogia da submissão*, que ocorre em instituições que segregam a pobreza. (KUHLMANN, 2000, p. 12).

Na esteira da compreensão de Kuhlmann Jr, esta cisão entre pedagógico e assistencial omite projetos e práticas de subalternidades destinadas, muitas vezes às crianças pobres brasileiras em espaços de creches e pré-escolas. O mesmo autor defende ainda que:

Dai a proposição de que as instituições de educação infantil precisariam transitar de um direito da família ou da mãe para se tornarem direito da criança. Como se esses dois direitos fossem incompatíveis, como se as instituições de educacionais fossem um direito natural e não fruto de uma construção social e histórica. (KUHLMANN, 2000, pg.12).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional contribui nesse sentido, onde no Art. 12 incisos VI e VII traz a importância do cumprimento dos deveres relacionados a essa articulação entre família e instituição de ensino:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (BRASIL, 1996).

Em meio a este debate acerca da finalidade da educação infantil, faz-se necessário considerar - como apresenta o parecer 20/2009 do Conselho Nacional de Educação – a função da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica:

As creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade. (BRASIL, 2009).

A temática da relação família e educação infantil se articulam a estes novos posicionamentos expressos pela legislação e fruto do debate e da luta por direitos da criança pequena à educação.

Em função da determinação da LDB/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 1999, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação expõe sobre esta temática:

Art. 3º - São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível. (BRASIL, 1999).

Em função das inúmeras modificações no sistema educacional brasileiro, o Conselho Nacional de Educação atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Infantil, por meio da Resolução nº. 20/2009. Pelo documento localiza-se o significado das relações com a família, tida como primeira instituição de educação para a criança:

A família constitui o primeiro contexto de educação e cuidado do bebê. Nela ele recebe os cuidados materiais, afetivos e cognitivos necessários a seu bem-estar, e constrói suas primeiras formas de significar o mundo. (BRASIL, 2009, p. 13).

Concordando com o parecer, Rúbia Holz (2012) afirma que a criança possua um vínculo maior com seus familiares, diferente do ambiente que está prestes a ser inserido:

A família apresenta-se como principal contexto relacional dos bebês (mãe, pai, avós, vizinhos, amigos...), antes de estes ingressarem em uma instituição de Educação Infantil. E este ambiente cultural e social no qual o bebê está inserido é diferente do ambiente da creche, sem contar com as diferenças dos elos afetivos que caracterizam as relações nesses dois espaços sociais. (HOLZ, 2012, p. 136).

Nessa perspectiva, com a entrada da criança na Educação infantil, a família se cerca de expectativas e medos. Segundo Isabel Vale (2012) esse novo ambiente e a partilha no cuidado de seus filhos fazem com que criança e família necessitem de um acolhimento diferenciado, para que ambos sintam-se bem na instituição:

A entrada das crianças, principalmente nos primeiros anos de vida, gera uma série de questões que precisam ser trabalhadas cuidadosamente, visto que um ambiente novo e desconhecido pode gerar inseguranças tanto para as crianças como para as famílias. Na sua maioria, é a primeira vez que os pais compartilham os cuidados de seus filhos com pessoas não familiares; sendo assim, acolher as famílias no contexto da Educação Infantil é o caminho para uma inserção tranqüila e saudável. (VALE, 2012, p. 120).

No Parecer encontramos como integração em desenvolvimento, ou seja, um trabalho contínuo e necessário durante todo o período em que a criança permanecer na instituição:

Essa integração com a família necessita ser mantida e desenvolvida ao longo da permanência da criança na creche e pré-escola, exigência inescapável frente às características das crianças de zero a cinco anos de idade, o que cria a necessidade de diálogo para que as práticas junto às crianças não se fragmentem. (BRASIL, 2009, p. 13).

Esta posição mencionada no Parecer do CNE reafirma a necessidade de articulação entre a família e a instituição, visto que deve existir ligação entre o que a família e a escola praticam, sabendo cada uma dessas duas instâncias qual é o seu devido papel na construção dessa parceria.

Segundo Sarti e Maranhão as famílias esperam muito dos profissionais e sem delimitação de fronteiras a instituição de Educação Infantil acaba se tornando uma a continuidade da família, onde se espera que certas necessidades sejam sanadas. (2010, p.236). É necessário que exista um ponto de apoio, a instituição deve acolher e integrar as famílias permitindo a troca de idéias e opiniões.

O Parecer 20/2009 do Conselho Nacional de Educação apresenta essa relação como uma solução de questões relacionadas aos filhos e que a instituição busque conhecer as famílias para agregar valores ao desenvolvimento das crianças:

Cada família pode ver na professora ou professor alguém que lhe ajuda a pensar sobre seu próprio filho e trocar opiniões sobre como a experiência na unidade de Educação Infantil se liga a este plano. Ao mesmo tempo, o trabalho pedagógico desenvolvido na Educação Infantil pode apreender os aspectos mais salientes das culturas familiares locais para enriquecer as experiências cotidianas das crianças. (BRASIL, 2009, p. 13).

O documento também contribui na questão da participação da família, que deve acontecer no maior número de momentos possíveis, seja nos processos e propostas internas ou como interlocutores entre criança e instituição:

A participação dos pais junto com os professores e demais profissionais da educação nos conselhos escolares, no acompanhamento de projetos didáticos e nas atividades promovidas pela instituição possibilita agregar experiências e saberes e articular os dois contextos de desenvolvimento da criança. Nesse processo, os pais devem ser ouvidos tanto como usuários diretos do serviço prestado como também como mais uma voz das crianças, em particular daquelas muito pequenas. (BRASIL, 2009, p. 14).

A partir destas considerações, apresenta-se a estrutura do trabalho monográfico. A Introdução, aqui exposta, justifica-se a delimitação do tema. Nela, também se apresenta uma breve caracterização sobre a Educação Infantil e a relação da família com a instituição de educação de crianças pequenas. No capítulo 1, são explicitadas as escolhas metodológicas da pesquisa bibliográfica realizada, destacando os temas eliminados. No capítulo seguinte (2) apresenta-se a análise da produção bibliográfica selecionada sobre a relação família e educação infantil.

O trabalho apresenta também três sub-itens no capítulos 2, o primeiro tem como objetivo destacar e analisar como as autoras desenvolveram suas pesquisas. No segundo é referente as considerações teóricas de pesquisa dos trabalhos e o terceiro é sobre o referencial teórico de pesquisa utilizado pelas autoras nos trabalhos.

CAPÍTULO 1) ESCOLHAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE FAMÍLIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir dos objetivos presentes, optou-se por realizar um levantamento da produção bibliográfica especializada, no formato de teses e dissertações, acerca do tema - relação família na/e educação infantil, publicadas em redes eletrônicas, disponibilizadas pela Plataforma – Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹. Sergio Vasconcelos Luna (2011) explica sobre como se dá esse tipo de levantamento:

O levantamento é feito por computador, que desconhece as peculiaridades da sua pesquisa e, portanto, o âmbito da literatura dentro da qual lhe interessa trabalhar. Por essa razão, você deverá fornecer uma relação de palavras-chave (*decriptors*) que ajudará a circunscrever o âmbito da literatura. (LUNA, 2011, p. 96).

Para levantamento destes dados, optou-se por realizar a busca por meio dos descritores que tivessem relação com o tema proposto: “família e educação infantil”, quais sejam: “Família e Educação Infantil” e “Família e Creche”.

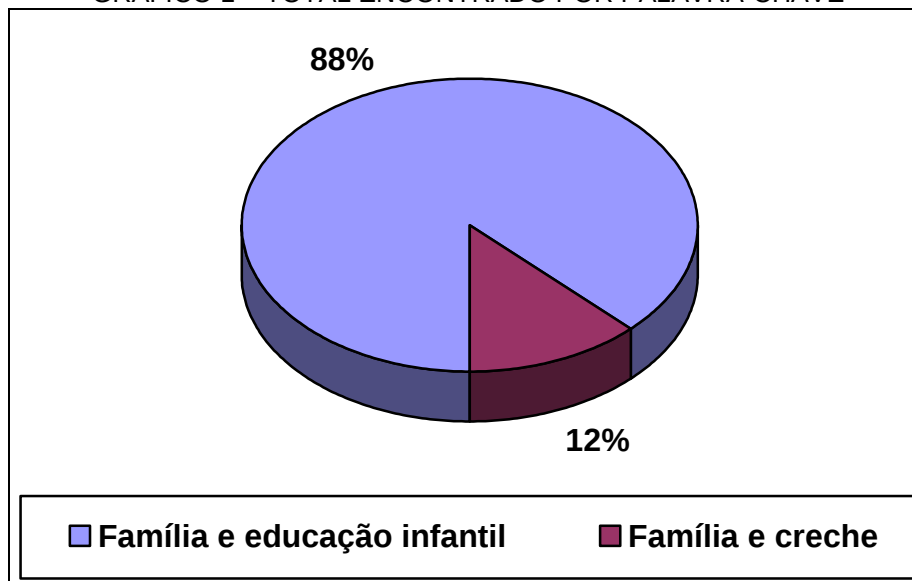
No tocante ao descritor – família e educação infantil – localizou-se 162 ocorrências². Com o descritor - família creche – localizou-se 23 ocorrências³. (GRÁFICO 1).

¹ www.capes.gov.br

² Descritor “Família e Educação Infantil” – data da consulta 07 de julho de 2015.

³ Descritor “Família e creche” – data de consulta 22 de julho de 2015.

GRÁFICO 1 – TOTAL ENCONTRADO POR PALAVRA-CHAVE



FONTE: O autor (2015).

Durante o processo da pesquisa foram organizados diversos quadros a fim de sistematizar e elencar tantos os trabalhos selecionados, como os excluídos por temas. Tais quadros serviram para visualizar informações, tais como: Autor, programa de pós-graduação/Instituição, Ano e Título do trabalho/Descrição, dispostas de seguinte forma (QUADRO 1):

QUADRO 1 – DADOS SOBRE OS TRABALHOS

<i>Autor</i>	<i>Programa de Pós-Graduação/Instituição</i>	<i>Ano</i>	<i>Título do Trabalho/Descrição</i>
---------------------	---	-------------------	--

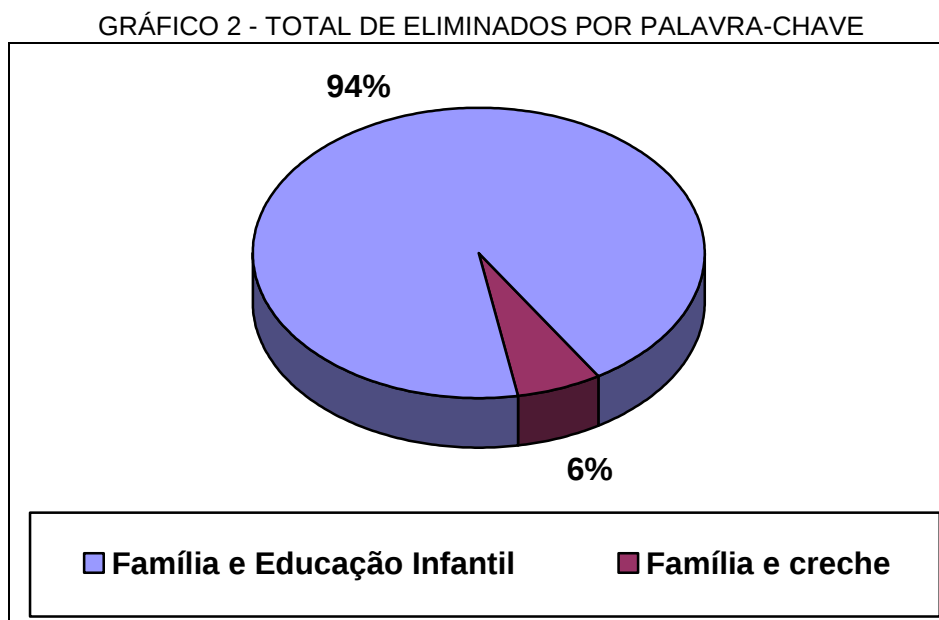
FONTE: A autor (2015).

As informações dispostas por meio desta sistematização permitem também visualizar períodos de maior produção acerca do tema, instituições e regiões de universidades nas quais os trabalhos tem sido produzidos, assim como a área de conhecimento.

1.2 TEMAS ELIMINADOS

Através da leitura dos resumos foi possível separar os trabalhos que fariam parte da construção dessa monografia e eliminar aqueles que não tinham relação com o tema específico. Os temas eliminados representam a maior parte dos resultados da pesquisa. Na palavra-chave “*família e educação*”

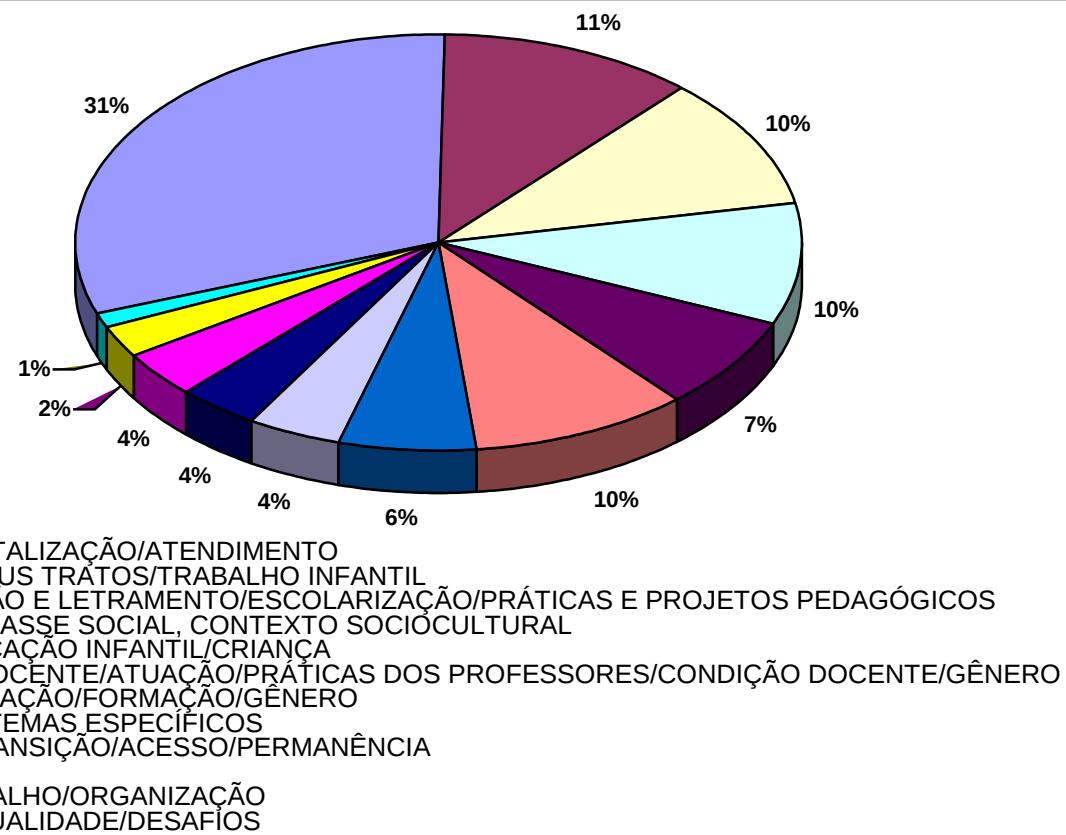
infantil” eliminaram-se 155 produções e em “*família e creche*” eliminou-se um total de 19 trabalhos, sendo que 9 deles aparecem também no primeiro descritor restando 10 trabalhos com essa palavra-chave. (GRÁFICO 2).



FONTE: O autor (2015).

Vários são os temas que compõe essa seleção, procurou-se separá-los em grandes grupos e inseri-los em um gráfico. Sobre a diversidade de temas, 51 trabalhos representam questões relacionadas à saúde; 19 trabalhos versam sobre violência e maus tratos; 17 trabalhos são sobre alfabetização e letramento, escolarização, práticas e projetos pedagógicos; 16 trabalhos sobre educação, classe social, contexto sociocultural; 12 trabalhos sobre creche, educação infantil e criança; 10 trabalhos trazem perspectivas sobre formação docente/atuação, práticas dos professores, condição docente e gênero; 7 trabalhos são sobre conteúdos, temas específicos e concepções; 6 trabalhos são sobre o ingresso, transição na educação infantil, acesso e permanência; 6 tratam sobre políticas públicas; 4 trabalhos são sobre família, trabalho, organização familiar e 2 trabalhos sobre questões relacionadas a educação, qualidade e desafios. (GRÁFICO 3).

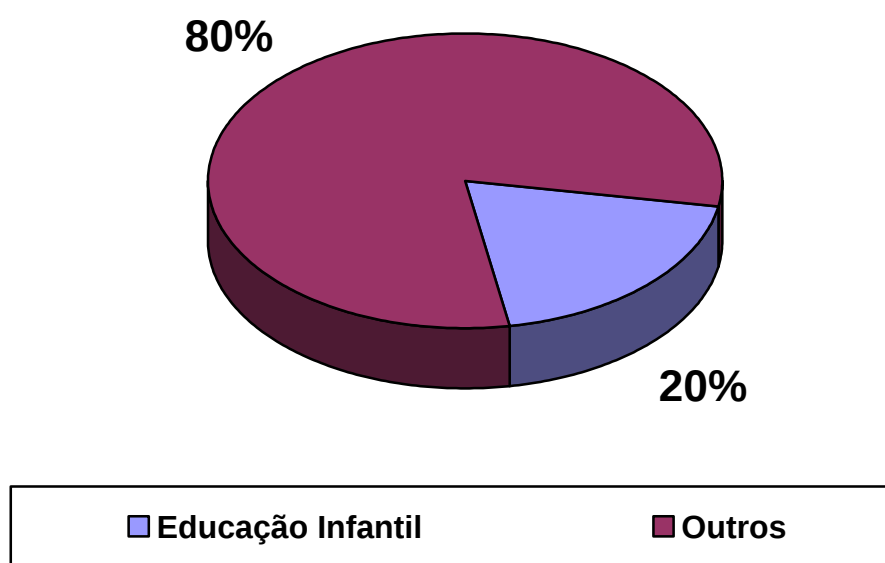
GRÁFICO 3 - TEMAS ELIMINADOS



FONTE: O autor (2015).

Dos trabalhos eliminados por temas, é possível também apontar aqueles que tratam de assuntos relacionados a área da Educação Infantil, mas que não possuem relação com o tema da pesquisa. Essa classificação representa um total de 34 trabalhos, entre eles é possível citar questões relacionadas ao currículo da educação infantil, papel do professor e formação, atendimento de crianças com deficiência, desafios na educação infantil entre outros. (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4 - TOTAL RELACIONADO À ÁREA DA EDUCAÇÃO INFANTIL



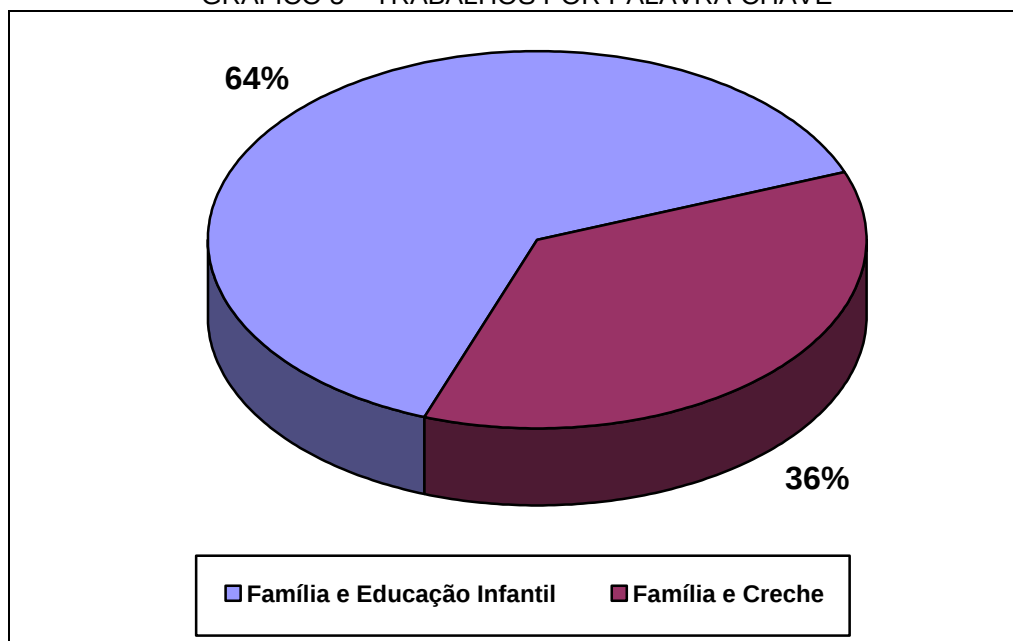
FONTE: O autor (2015).

CAPÍTULO 2) ANÁLISE DA BIBLIOGRAFIA SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

Na pesquisa por trabalhos na área, o resultado das palavras chave ou descritores, encontrou em relação aos aprovados um pequeno número de produções da área específica. Dos 7 trabalhos encontrados com o descritor “*família e Educação Infantil*”, 4 repetem no descritor “*família e creche*”, o que se resume no total de 7 trabalhos possíveis a serem utilizados. (QUADRO 2, ANEXO).

Quanto à verificação da disponibilidade dos trabalhos selecionados na íntegra, após o levantamento no Banco de Dados da Capes, foi possível encontrar a universidade depositária e realizar uma nova busca no banco de dados das instituições. Por meio das pesquisas apenas 6 trabalhos encontravam-se disponíveis on-line, 1 não foi encontrado na sua universidade depositária. Buscou-se um contato com a pesquisadora, mas a mesma não disponibilizou a pesquisa. (GRÁFICO 5).

GRÁFICO 5 – TRABALHOS POR PALAVRA-CHAVE



FONTE: O autor (2015).

Instituição de origem e área de conhecimento

As teses aqui pesquisadas sobre a temática estão dispostas em cinco instituições de ensino. Os seis trabalhos correspondem à área de educação, estão distribuídos entre as instituições da seguinte forma: a Universidade de São Paulo (USP) responde por dois trabalhos. Seguida com um trabalho na Universidade do

Vale do Itajaí (Univali), um na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), um na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o último na Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). (TABELA 1).

TABELA 1 – ÁREA DE CONHECIMENTO

INSTITUIÇÃO	EDUCAÇÃO
USP	2
Unimep	1
Unicamp	1
Univali	1
PUC-SP	1

FONTE: O autor (2015).

Referente aos trabalhos de mestrado e doutorado, as quantidades se apresentam iguais, três trabalhos são de Mestrado Acadêmico em Educação e três de Doutorado Acadêmico em Educação, sendo que dois desses concentram-se na Universidade de São Paulo (USP). Todos os trabalhos correspondem ao tema específico da pesquisa que é a relação entre família e educação infantil. (TABELA 2).

TABELA 2 – ÁREA DE CONHECIMENTO

INSTITUIÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
USP		2
Unimep	1	
Unicamp		1
Univali	1	
PUC-SP	1	

FONTE: O autor (2015).

Periodização dos trabalhos

Com o objetivo de mapear a produção existente (em dissertações e teses) sobre o tema família e educação infantil, optou-se por – a priori - não delimitar um período como critério de corte no levantamento dos trabalhos.

Como já mencionado anteriormente, depois de realizada toda a depuração de busca (por palavras-chave), localizou-se seis trabalhos produzidos entre 2011 e 2012. (TABELA 3).

TABELA 3 - PERÍODIZAÇÃO DOS TRABALHOS

INSTITUIÇÃO	2011	2012
USP	1	1
Unimep	1	
Unicamp	1	
Univali	1	
PUC-SP		1

FONTE: O autor (2015).

Lócus da pesquisa

Em relação ao cenário das pesquisas, dos 6 trabalhos analisados duas autoras buscaram, cada uma delas, 2 instituições públicas de ensino. Outras três trabalharam com 1 instituição pública cada e apenas uma autora focalizou sua pesquisa, em 1 instituição pública e em 1 particular.

O motivo pelo qual algumas autoras definiram o lócus da pesquisa em determinadas instituições foi o fato de que possuíam algum vínculo empregatício com mesma, seja na área da docência, coordenação pedagógica ou atuando na direção. Também a localização em certa região e a concordância de ambas em participar das entrevistas. (TABELA 4).

TABELA 4 – LÓCUS DA PESQUISA

AUTORA	PÚBLICA	PRIVADA
ALVES	2	
CASANOVA	1	
CERIBELLI	1	
MORENO	1	1
OLIVEIRA	2	
SILVA	1	

FONTE: O autor (2015).

Instrumentos utilizados nas pesquisas

Na leitura dos trabalhos levantou-se 5 tipos de instrumentos de pesquisa utilizados pelas autoras, entre os quais: a análise documental que pode consistir na leitura do Projeto Político Pedagógico (PPP) ou a leitura de documentos legais, como a legislação de regulamentação da Educação Infantil no Município e a criação da carreira do Educador Infantil e das Unidades Municipais de Educação Infantil. As pesquisadoras também analisaram a ficha de matrícula, as circulares, as agendas e os cadernos de tarefas. A observação do lócus a ser pesquisado e a elaboração do diário de campo, questionário de levantamento, entrevista com base na interpretação dos questionários também fizeram parte desses instrumentos.

Todos os estudos foram realizados em campo e a partir daí, para cada trabalho, as autoras utilizaram os seguintes instrumentos: duas autoras optaram por três tipos de instrumentos, 2 por dois tipos e 2 por um tipo cada, um deles chamamos de outros, pois a autora o intitula de “*momentos estratégicos*” do qual as participantes da pesquisa desenvolvem e registram sugestões sobre fragmentos relacionados a temática abordada e em um segundo momento esses registros são analisados e discutidos de forma coletiva. A análise dos dados é realizada pelas pesquisadoras. (TABELA 5).

TABELA 5 – TIPO DE INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS PESQUISAS

AUTORA	ANÁLISE DOCUMENTAL	OBSERVAÇÃO	ENTREVISTA	OUTROS
ALVES	X		X	
CASANOVA		X	X	
CERIBELLI	X			X
MORENO	X	X		
OLIVEIRA	X	X	X	
SILVA	X	X	X	

FONTE: O autor (2015).

Os sujeitos pesquisados

Aparecem nas produções os seguintes sujeitos: equipe pedagógica, professores e família. Em relação ao critério de seleção dos professores, alguns trabalhos fazem uso de questões relacionadas ao tempo de atividade nas

instituições. Sobre a pesquisa com familiares, observou-se a maior disponibilidade das mães.

Na análise dos trabalhos, as autoras realizaram suas pesquisas com a seguinte quantidade de sujeitos: uma autora buscou 3 sujeitos, duas buscaram 2 sujeitos e outros três trabalhos com 1 sujeito cada. (TABELA 6).

TABELA 6 – SUJEITOS ENTREVISTADOS NAS PESQUISAS

AUTORA	EQUIPE PEDAGÓGICA	PROFESSORES	FAMÍLIAS
ALVES		X	
CASANOVA			X
CERIBELLI		X	
MORENO	X	X	X
OLIVEIRA		X	X
SILVA		X	X

FONTE: O autor (2015).

2.2 NATUREZA, OBJETIVOS, PROCEDIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES DOS TRABALHOS EXAMINADOS

2.2.1. PROCEDIMENTOS DOS TRABALHOS

O intuito aqui é destacar e analisar como as autoras desenvolveram suas pesquisas. As autoras utilizaram-se de determinados instrumentos de coleta de dados, entre eles a análise documental, observação, entrevistas semi-estruturadas questionário e outros. Como se deu a utilização de cada um será explicitado a seguir.

Dos seis trabalhos analisados em quatro as autoras utilizaram a observação como instrumento de pesquisa, são elas Letícia Casanova (2011); Gilmar Lupion Moreno (2012); Maria Oliveira (2011) e Ana Tereza Silva (2011). Sobre esse método de pesquisa Ludke e André (2013) comentam os benefícios desse instrumento na pesquisa:

A observação usada como principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, possibilita um contato pessoal e estreito do

pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. (LUDKE, ANDRÉ, 2013, p. 30).

Casanova utilizou a observação como forma de aproximação dos sujeitos da instituição e comenta que “no primeiro dia me posicionei de forma mais observadora e minhas interferências com os pais limitaram-se apenas aos cumprimentos de bom dia ou boa tarde”. (p. 31), finaliza o processo dentro de sala conversando com os familiares sobre a pesquisa.

No trabalho de Moreno as observações aconteceram em sessões semanais no primeiro semestre de 2011. A autora acompanhou “um grupo de crianças em cada instituição observada, bem como, eventos promovidos pela escola que envolveram a participação dos pais e culminariam com a elaboração de diários de campo”. (p. 101).

Oliveira retrata sobre o método utilizado que: “a observação foi uma das técnicas adotadas para a coleta de dados, pois ela contribui, de forma significativa”. (p. 21). A observação aconteceu uma vez por semana, em cada uma das instituições, iniciando-se no mês de fevereiro do ano de 2008 e encerrando-se em dezembro desse mesmo ano e tinha como o objetivo “traçar as formas de relacionamento entre as famílias e a creche, sendo os temas dos diálogos realizados entre as educadoras infantis e os familiares, os quais levavam e buscavam as crianças na creche, um conteúdo importante”. (p. 21).

Na pesquisa de Silva a observação contribui para analisar como a creche absorveu a participação dos pais no cotidiano da instituição. Utilizou a “observação participante, juntamente com relatos dos educadores, dos próprios pais, além da análise teórica”. (p. 120). Quanto à observação participante Ludke e André complementam:

O observador participante é um papel em que a identidade do pesquisador e os objetivos do estudo são revelados ao grupo pesquisado desde o início. Nessa posição, o pesquisador pode ter acesso a uma gama variada de informações. (LUDKE, ANDRÉ, 2013, p. 34).

As autoras que utilizaram a entrevista semi-estruturada como instrumento de pesquisa são Letícia Casanova (2011); Maria Oliveira (2011); Ana Tereza Silva (2011) e Angélica Alves (2012). Segundo Alves essa forma de investigação:

É extremamente relevante para a pesquisa em educação, uma vez que privilegia a compreensão do significado que determinados fenômenos tem para aqueles que o vivenciam e/ou experimentam. (ALVES, 2012, p. 49).

Para Ludke e André (2013) a entrevista “é uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa” (p. 38) e trás como benefício a “captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qual tipo de informante sobre os mais variados tópicos” (p. 39).

Na pesquisa de Alves os professores entrevistados foram escolhidos de acordo com critérios: livre adesão após a apresentação do objetivo da pesquisa, tempo de serviço, atuação docente na Educação Infantil e atuação na rede pública de ensino. Segundo a autora “as entrevistas foram constituídas em um único encontro como cada um dos informantes, com duração média de uma hora e trinta minutos e foram realizadas nas dependências das escolas onde trabalhavam” (p. 56).

Já Casanova realizou uma coleta de dados após manter contato com os familiares na instituição observada. Onze famílias participaram permitindo à pesquisadora conhecer um pouco mais quem são essas famílias, como vivem e reconhecendo suas experiências socializadoras diversificadas, segundo ela “foi somente indo até a casa das famílias é que pude conhecer a verdadeira realidade” (p. 32) “o acolhimento de cada família em suas casas retratou o respeito durante todo o processo dessa pesquisa” (p. 34).

Para Oliveira a entrevista “é um procedimento importante em pesquisas qualitativas que visam captar, de forma mais aprofundada, os significados atribuídos pelos sujeitos à realidade” (p. 22). A pesquisa foi realizada em duas instituições municipais de Educação Infantil e utilizando entrevista semi-estruturada participou das entrevistas a equipe pedagógica, as professoras das turmas pesquisadas e as famílias elaborando-se um questionário para cada segmento.

Ludke e André (2013) trazem contribuições acerca do instrumento utilizado. Segundo elas “a entrevista semi-estruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (p. 40).

Silva privilegiou a pesquisa-ação, na qual “pesquisador e pesquisados são sujeitos ativos da produção do conhecimento, para a construção de um ambiente de qualidade às crianças pequenas” (p. 108). Enviou questionários com o objetivo de

mapear as concepções de cuidado e escola. O questionário foi elaborado com perguntas abertas para que o sujeito se sentisse a vontade para expor suas opiniões. Também foi agendada uma entrevista mais profunda com as famílias no sentido de conhecer as expectativas sobre o trabalho na educação infantil.

No momento da transcrição e análise dos dados as autoras cruzam dados, dão continuidade a pesquisa e/ou tiram conclusões acerca do objetivo do tema. Para Alves após a leitura detalhada, das seis entrevistas realizadas duas foram utilizadas para análise. A autora utilizou-se dos seguintes critérios de seleção: “as que ofereciam a maior quantidade de informações e, ainda, as que mais discrepassem entre seus respectivos discursos” (p. 60) e segue sua pesquisa formando núcleos de significação dos dois entrevistados:

Passamos a fase de interpretação mais intensa, buscando tecer, além das análises no interior de cada núcleo (intranúcleos), também análises entre eles (intranúcleos), saindo, portanto do estado empírico para o interpretativo. (ALVES, 2012, p. 55).

Os dados produzidos foram analisados utilizando o referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica, fazendo uso das categorias de sentido e significado.

Casanova faz a transcrição da entrevistas e monta um quadro com as perguntas feitas pela pesquisadora e as respostas das famílias, que foi de suma importância para a localização das ideias chaves. Por meio dessa estruturação “foi possível a identificação dos seguintes eixos de análise orientadores do processo analítico: conceitos da creche; espaços de interação; processos educativos e comunicação” (p. 35) levando a considerações acerca do objetivos pesquisados pela autora.

Já Oliveira relata que “as entrevistas foram transcritas e, após várias leituras, foram elaboradas as categorias de análises que os discursos das pessoas entrevistadas produziram” (p. 22). Ludke e André (2013) discorrem sobre a construção de categorias, segundo elas:

Não é tarefa fácil, vai ser modificado ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante entre a teoria e empiria o que origina novas concepções e, consequentemente, novos focos de interesse. (LUDKE, ANDRÉ, 2013, p. 50).

Oliveira finaliza essa etapa aplicando questionários para as famílias e para as educadoras, com o objetivo de “coletar dados referentes à trajetória familiar dos participantes e as suas ocupações profissionais”. (p. 23).

Outro instrumento usado pelas autoras é a análise documental que segundo Ludke e André é um instrumento pouco utilizado, mas tem grande valor na pesquisa:

A análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LUDKE, ANDRÉ, 2013, p. 44-45).

Por meio da análise documental Oliveira coletou dados sobre a forma como a relação da creche com a família das crianças é construída e a partir de quais princípios. Segundo a autora “por meio de seus documentos, revelam as concepções e as crenças de seus educadores e gestores sobre os processos educativos das crianças e das famílias que atendem” (p. 21).

Para Moreno (2012) a análise documental teve como objetivo conhecer o lócus da pesquisa, possibilitando uma visão mais abrangente e contribuiu na elaboração dos questionários. Entre os documentos analisados está a “proposta pedagógica, ficha de matrícula, circulares, agenda, caderno de tarefa, entre outros”. (p. 101). A pesquisadora comenta como se deu a análise dos documentos:

Os documentos foram analisados a medida que se faziam presentes no cotidiano da escola e das famílias, no decorrer das sessões de observação, exceto as propostas pedagógicas das instituições, que exigiam uma leitura cuidadosa, conseqüentemente, um tempo na escola reservado apenas para a atividade. (MORENO, 2012, p. 101).

Ludke e André comentam sobre as várias possibilidades que os documentos podem oferecer:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse contexto. (LUDKE, ANDRÉ, 2013, p. 45).

Silva (2011) analisa o documento denominado na instituição por “Projeto de Desenvolvimento da Unidade” (PDU), que segundo a autora foi lido em outro espaço

que não o da creche, com objetivo de realizar a leitura de forma mais cuidadosa. Ludke e André, sobre a análise documental afirmam que “seu uso requer apenas investimento de tempo e atenção por parte do pesquisador para selecionar e analisar os mais relevantes”. (p. 45). A autora buscou no documento dados relacionados a identificação da unidade, objetivo geral e específico e metas anuais, nesse último foram encontrados dados relacionados ao trabalho de parceria com os familiares, porém, “o documento intenciona construir a parceria família-escola, mas não evidencia caminhos e sua importância para a qualidade do atendimento”. (p. 145). O documento também apresenta a concepção de infância que a instituição possui.

Ceribelli (2011) também analisou o Projeto Pedagógico e constatou que “encontra-se descrito uma concepção de educação embasada na teoria histórico-cultural” (p. 91). A concepção de escola de educação infantil é descrita “como lugar organizado coletivamente no intuito do desenvolvimento integral da criança, ou seja, educar e cuidar indissociavelmente”. (p. 91). Encontra-se no documento também a concepção de criança, concepção de avaliação, diagnóstico da realidade escolar, destacando a necessidade de formação continuada dos professores; metas; ações; conteúdo curricular e projetos educacionais. A autora realizou “atividades” estratégicas, priorizando a composição de ideias das professoras por meio de textos elaborados individualmente sobre o tema e discutidos, posteriormente, coletivamente, processo que revelou importantes dados”. (p. 95). A construção dos dados é feita pela pesquisadora.

Alves (2012) também utiliza esse instrumento para levantamento de dados das instituições pesquisada. Ela analisa o Projeto Político Pedagógico e algumas questões sobre estrutura e arranjos familiares, financeira entre outros, não foram encontrados.

2.2.2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS DE PESQUISA DOS TRABALHOS

Para desenvolver as considerações acerca da discussão família e Educação Infantil, buscou-se uma forma de tratá-las por categorias segundo os objetivos das pesquisas, sobre os sentidos da relação/parceria a partir dos educadores da

educação infantil e a partir das famílias. Observa-se na leitura dos trabalhos vários pontos em comum que serão tratados a seguir.

Constituição e estrutura familiar

As concepções de família chamam a atenção em algumas entrevistas observa-se a falta de conhecimento ou conceitos um pouco fechados sobre essa questão. Alves (2012) traz a fala de uma das entrevistadas que apresenta esse sentido, na qual:

Sua concepção de arranjos familiares é afetada pela ideia de que há um único modelo familiar correto: aquele constituído por pai, mãe e filhos. (ALVES, 2012, p. 83).

Tudo aquilo que foge desse modelo não pode ser propriamente considerado "família". (ALVES, 2012, p. 83).

É a partir das educadoras que a relação família e creche é construída, mas através da concepção que ela possuem a respeito entende-se que ela ignora as várias possibilidades de arranjos familiares existentes podendo tornar essa relação algumas vezes conflituosa.

Esse sentido dado em relação à estrutura familiar onde o pai é o responsável, modelo tido como desejável, denota que as outras estruturas familiares não têm valor e levam as crianças a terem dificuldades na relação com escola e a mãe como única responsável por tudo:

Devemos perceber como o ideário da família nuclear tende, além de marginalizar a existência de múltiplos arranjos, a conduzir a outro equívoco: o de levar à crença de que a função de acompanhar a educação dos filhos cabe apenas à mulher, como se o homem estivesse isento da tarefa. (ALVES, 2012, p. 84).

Nesse sentido Moreno (2012) buscou destacar a forma como a instituição trabalhava com a diversidade de arranjos familiares:

A diversidade de arranjos familiares; as situações cotidianas que permitem o contato direto da escola e dos professores com as famílias, como por exemplo, o ato da matrícula da criança e horário de entrada e saída das mesmas; os deveres de casa; e a comunicação entre escola e criança. (MORENO, 2012, p. 148).

A pesquisadora buscou conhecer os tipos de arranjos familiares na instituição, pois, a “realidade das famílias atendidas no contexto escolar, inclusive do grupo pesquisado, em que a casos de separação dos pais e famílias monoparentais, torna-se impossível não trabalhar com as crianças tal questão” (p. 151). É um assunto que não pode ser deixado de lado pela instituição.

Educar e cuidar

Para Ceribelli (2011) a divisão de papeis “além do papel de ensinar conteúdos formais, as professoras destacaram o papel do cuidar referente ao binômio que compõe as especificidades da docência da infância” (p. 103). A autora complementa:

Além do ensinar, ao papel da escola também cabe o cuidar, o qual, para as professoras, ressalta-se como necessidade primeira das famílias, tendo em vista o desejo da relação de complementaridade junto à família imaginada, fato que secundariza o ensinar no transcorrer da prática pedagógica. (CERIBELLI, 2011, p. 123).

Para Moreno (2012) na perspectiva dos responsáveis observa-se que é papel da instituição “ensinar, alfabetizar, trabalhar a socialização, os valores e os limites; preparar a criança para o ensino fundamental; e contribuir para o desenvolvimento, de modo a apoiar a família na educação da criança”. (p. 191). Acreditam que o papel da família é essencial “principalmente do que diz respeito à sua formação moral, além disso, pensam que deve ser a parceria da instituição lhes garantir assistência financeira, segurança e proteção”. (p. 192).

Ambas devem ter objetivos comuns na educação da criança, como numa relação familiar, e o diálogo deve ser possível, mas para alguns responsáveis essa relação aparece como restrita. Segundo os pais “os conflitos ocorrem em razão do poder exercido pela escola sobre as famílias, bem como, estes vistos como fator negativo, por outros, como necessário, normais”. (p. 192).

Os encontros e desencontros

Aparecem nos trabalhos, como encontros e desencontros, questões relacionadas ao não cumprimento de regras da instituição ligadas às dinâmicas de trabalho dos familiares, ou seja, o horário de trabalho, se a criança vai para a instituição utilizando transporte escolar e se os familiares não trabalham são citados como pontos positivos ou negativos nessa relação:

“As dinâmicas de trabalho dos familiares aparecem como dificultadores da relação entre escola e família” (ALVES, 2012, p; 89).

Nas entrevistas o fato de utilizar transporte escolar faz com que os pais não tenham aquele contato de porta com as educadoras e para aqueles pais que trabalham e que ainda levam seus filhos para a instituição, o contato é rápido, com pouca troca de informações, pois os familiares têm um horário para cumprir em seus locais de trabalho, pois para Oliveira (2011) os pais “têm mais pressa na despedida de seu(ua) filho(a), nas conversas com as educadoras e nas relações com as outras famílias com as quais a criança convive na instituição” (p. 84).

Para os familiares que desenvolvem atividades no lar “conseguem mais leveza e tranquilidade nas relações cotidianas com a UMEI (Unidade Municipal de Educação Infantil), dispensando mais tempo nas despedidas com as crianças, nos diálogos com as educadoras e também no contato com os pares de suas crianças”. (p. 84). Nesse tempo disponível para trocas às vezes pode não ser correspondido pelas educadoras, pois elas possuem um tempo pré determinado a seguir dentro de sala com as crianças:

O tempo disponível das educadoras infantis para se relacionarem com as famílias se restringe aos seus horários de trabalho, os quais são estabelecidos pela legislação que regulamenta o plano de carreira delas, ou seja, dentro do limite dos seus horários de trabalho. (OLIVEIRA, 2011. p. 85).

Para Oliveira “esses conflitos desempenham um papel importante nas relações entre as famílias” (p. 105) visto que é através deles que se fazem reflexões necessárias de todos os envolvidos.

A comunicação com as famílias

A comunicação é realizada por meio de conversas esporádicas, por meio de outros funcionários, além das professoras. Parte sempre das mães as perguntas relacionadas às atividades desenvolvidas pelos filhos, ou outros temas, como por exemplo, uma das mães vendia perfumes e tinha um contato intenso com a educadora da sala. Segundo a pesquisadora:

Percebe-se nessa relação, que grande parte da cultura é transmitida sem consciência tanto dos transmissores, que se configuram pelos funcionários e mais precisamente os professores, quanto receptores, os responsáveis pelas crianças em contato com a creche. (CASANOVA, 2011, p. 62).

Sobre a comunicação com as famílias Moreno (2012) constatou várias formas de contato tais como “as conversas informais nos horários de entrada e saída; conversas formais, por meio de reuniões agendadas; telefonemas sempre que necessário; os cartazes e murais; e uso diário da agenda”. (p. 161).

Falta de informações

O entendimento das famílias sobre o que as crianças realizam na creche vem ao encontro com a falta de informação. Casanova (2011) traz relatos de algumas famílias que segundo ela “conseguem listar algumas atividades elaboradas na creche, entretanto não conseguem reproduzir o “como” fazem e muito menos o “por que” fazem”. (p. 66). As famílias utilizam o termo “acho” (p. 66) na tentativa de descrever o porquê das atividades, ou seja, as professoras podem não identificar isso aos pais, portanto “comunicar, informar, interagir, construir e aprender são verbos que se articulam diante das relações estabelecidas entre família e creche”. (p. 67).

A formação de professores e propostas sobre a participação das famílias

Sobre a formação docente, Alves (2012) menciona que:

A falta de um currículo de formação de professores, que privilegia o estudo das relações escola-família, pontuando sua importância, não permite aos futuros docentes uma reflexão sobre as possibilidades de aproximações entre as duas agências educativas aqui consideradas nem sobre as funções de cada uma. (ALVES, p. 92).

As propostas relacionadas à parceria família e creche é apresentada como uma lacuna na formação inicial, pois as educadoras descobrem que as crianças têm família somente quando estão dentro da instituição. Nesse sentido os horários de estudos dentro da instituição seriam uma opção para o estudo dessas possibilidades, mas para uma das entrevistadas “eram mal aproveitados, tomados por assuntos de natureza burocrática”. (p. 92).

Para Silva (2011) faz-se necessário tratar do tema relação família e creche:

Encontros de formação para estudar a relevância da parceria dos familiares na escola e pensar coletivamente ações para tal finalidade. (SILVA, 2011, p. 151).

A família poderia ser mais participativa. (SILVA, 2011, p. 161).

Não fazemos educação sozinhos, mas em comunhão, em conjunto. (SILVA, p. 161).

A reunião de pais

Moreno (2012) mostra em seu trabalho que as reuniões são realizadas em dois horários de modo que os responsáveis possam se organizar e participar da mesma. Durante o período de pesquisa, os pais participaram intensamente das atividades realizadas na instituição, sendo que nos questionários sobre a participação a maioria citou participar mais das reuniões. A instituição “se mostra disposta a trabalhar com as mães, os pais ou responsáveis das crianças a fim de viabilizar a participação das famílias e dos professores na educação de crianças de 4 a 6 anos”. (p. 182).

Segundo Oliveira (2011) os familiares criticam as reuniões quanto a sua periodicidade e o seu formato, de certa forma passam boa parte do tempo da reunião são discutidos assuntos diversos sem dar muita ênfase a assuntos sobre família e instituição de ensino:

As temáticas e as formas de organização das reuniões são, na maioria das vezes, cansativas e pouco produtivas, na medida em que se transforma em um momento para se relatar os comportamentos sociais das crianças, ou para se apontar as inadequações das famílias aos horários e às regras da creche. (OLIVEIRA, 2011, p. 196).

Para Casanova (2011) os deveres dentro da instituição “são reforçados também na reunião de pais” (p. 72) e a interação entre as instituições são quase inexistentes. Alguns pais não participam das reuniões porque ficam sabendo da tomada de decisões no dia seguinte após a reunião.

Entre as questões expostas nas reuniões, “o desenvolvimento, comportamento, como as crianças estão evoluindo, o que é feito em sala e como a criança reagiu” (p. 72) estão entre os temas explicitados. Para os responsáveis as reuniões são momentos que tratam as mesmas coisas e as mesmas informações, mas que deveria ser de muitos esclarecimentos.

A importância e a expectativa das famílias nessa relação

Moreno comenta sobre a importância da confiança dos familiares na equipe pedagógica afirmando ser “essencial para que a criança sinta-se segura no ambiente escolar e os professores possam contribuir satisfatoriamente para o desenvolvimento da mesma na instituição de educação infantil”. (p. 156).

Segundo Casanova (2011) é importante o entendimento dos pais sobre as rotinas dos filhos, pois conhecendo melhor o que é feito leva a mudança de atitudes visando a melhoria na relação com os pequenos. No sentido de entender o que as crianças fazem na creche, é na resposta dos pais que se observa a falta de diálogo dentro desse espaço fazendo com que a ajuda esperada seja “traduzida apenas pelo partilhar ações de cuidado e educação enquanto a mãe não está presente” (p. 76).

Para Silva (2011) “os pais ou responsáveis desejam e querem acompanhar o atendimento dos filhos e é importante convidá-los” (p. 166). São necessários que a instituição abra suas portas todos os dias já que “uma parceria não se constrói em reuniões ou festas esporádicas, mas na relação cotidiana com os responsáveis pela criança” (p.166).

2.2.3 REFERENCIAL TEÓRICO DE PESQUISA UTILIZADO NOS TRABALHOS

Este tópico tem como intuito explicitar os referenciais teóricos utilizados pelas autoras nas teses pesquisadas. Dos seis trabalhos analisados dois trazem as contribuições de Vygotsky. Renata Ceribelli (2011) tem como objetivo compreender as perspectivas de professores de educação infantil sobre a relação família e escola e Angélica Alves (2012) busca apreender e compreender os sentidos e significados constituídos por professores atuando na Educação Infantil acerca das famílias dos educandos e da importância das relações entre famílias e escolas, para o trabalho docente.

Ceribelli traz em seu referencial teórico a abordagem histórico-cultural que prioriza a importância das interações sociais:

A perspectiva histórico-cultural se fundamenta na interpretação da investigação desta pesquisa, pois, permeia a compreensão de que os sujeitos que a compõe foram constituídos nas relações sociais estabelecidas como seres humanos e profissionais, formaram-se, portanto, no social, tendo, assim, os professores, suas atividades concretas de vida como eixo de seu desenvolvimento pessoal e profissional. (CERIBELLI, 2011, pg. 76).

Angélica Alves (2012) que também utiliza Vygotsky em sua pesquisa aborda “discussões tidas como fundamentais sobre alguns conceitos da Psicologia Sócio-histórica, dando ênfase às categorias ‘pensamento e linguagem’, ‘sentidos e significados’ e, ainda, a ‘consciência e a atividade’” (p. 40). A autora explica a abordagem escolhida por ela da seguinte maneira:

Na proposta da Psicologia Sócio-histórica, o homem não é um ser que traz dentro de si, ao nascer, já predefinida, uma essência humana, uma vez que o bebê humano não pode existir isoladamente nem tem, na sociedade, apenas um ambiente no qual possa crescer e se desenvolver. Ao contrário, o homem só se torna humano na e pela interação com outros homens, por meio da atividade humana, que é social, histórica, cultural e mediada por instrumentos, dentre os quais se destacam os sistemas de signos (a linguagem oral, gestual e escrita; o sistema numérico; a obra de arte etc.). (ALVES, 2012, p. 41).

Compreende-se que desde que nascemos somos dependentes socialmente uma das outras, entrando assim, em um processo histórico. O desenvolvimento

humano acontece através das relações sociais que o sujeito mantém durante a vida e a cultura e a história podem interferir no processo de ensino e aprendizagem. Com base em Vygostsky, Alves descreve o desenvolvimento humano como sendo:

Simultaneamente, processo e produto, sustentado no biológico, mas constituído nas e pelas relações estabelecidas pelos homens entre si, em suas conjunturas históricas, sociais e culturais. (ALVES, 2012, p. 42).

Por meio dessa dependência uns dos outros no desenvolvimento, Ceribelli descreve sobre o sentido da comunicação nas relações entre os sujeitos:

A linguagem constituiu sua história juntamente à história do ser humano. A necessidade de se comunicar levou o homem a criar sinais, códigos e regras que pudessem representar o sentido do real e constituir a comunicação nas interações sociais entre os homens. (CERIBELLI, 2011, p. 78).

Para Ceribelli, a escolha teórica da pesquisa possibilita o entendimento das práticas dos docentes na relação com as famílias. Para tanto defende que:

A ideia do autor sustenta teoricamente o campo de investigação desta pesquisa sobre a relação entre família e escola na perspectiva dos sujeitos professores, destacando um caminho de estudo sobre o contexto histórico-cultural a que estes professores pertencem e expressam em seus diálogos (CERIBELLI, 2011, p. 78).

Segundo Ceribelli “compreender o professor como um sujeito histórico-cultural é percorrer, no universo da ética, seu diálogo, exposto nas relações sociais dialógicas e ideológicas como desenvolvimento humano”. (p. 81).

Maria Oliveira (2011) traz as contribuições da abordagem de Norbert Elias. Sua pesquisa tem como objetivo analisar como as relações entre as famílias e as creches públicas são construídas no cotidiano. Seu referencial teórico é feito a partir de uma abordagem das relações de interdependência entre os sujeitos envolvidos na educação das crianças, no dia a dia das instituições.

Segundo a autora “o confronto entre os pressupostos educativos e os valores adotados pela creche e a família pode gerar tensões, e é a partir dessas tensões que se configuram o formato e a abordagem educativa da creche com as crianças” (p. 19).

Para fundamentar essa afirmação, a autora cita Elias (1994b) sobre a influência das relações entre as pessoas para o desenvolvimento de ideias,

pensamentos e comportamentos, sendo as experiências dessas relações, em seus diversos segmentos, também responsáveis por mudanças no indivíduo. As mudanças através de relações com o outro acontecem tanto no contexto das relações familiares quanto no contexto das relações entre as famílias e as creches, criando dessa forma uma rede de interdependência:

Nessas relações, conforme a abordagem de Elias (1994b), as pessoas, na sociedade, estabelecem relações de interdependência. Essas relações se contextualizam em uma rede de funções interdependentes, nos diferentes agrupamentos de pessoas, na qual “cada pessoa singular está realmente presa, está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um o elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente são elos nas cadeias que a prendem”. (ELIAS, 1994b, OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Dois trabalhos analisados trazem as contribuições da abordagem *Reggio Emilia*. Ana Teresa Silva (2011) tem como objetivo a construção de um trabalho de parceria família-escola e de Gilmara Lupion Moreno (2012) é pesquisar sobre a relação professor-escola-família na educação da criança de 4 a 6 anos na instituição de ensino.

Silva (2011) traz a experiência de estágio na abordagem *Reggio Emilia*, pois acredita “no conhecimento de experiências que nos ensinam, nos inspiram e nos provocam a refletir sobre uma prática que respeite o direito e o potencial da criança, da família e da escola”. (p. 90). Moreno (2012) em sua pesquisa sobre o tema na Educação Infantil traz para fundamentar sua tese as contribuições:

A experiência de Loris Malaguzzi, em Reggio Emilia, uma cidade localizada na região de Emilia Romagna, no nordeste da Itália, apresentada por Edwards, Gandini e Forman (1999), no livro *As cem linguagens da criança: a abordagem Reggio Emilia na Educação da Primeira Infância*, e também por Silva (2011), em sua tese de doutorado *A construção da parceria família-creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado da educação das crianças*, muito contribuíram para que se pudesse pensar sobre a relação entre a criança, a família, a escola e os professores. (MORENO, 2012, p. 23).

Silva comenta sobre o projeto educativo de Loris Malaguzzi (1920-1994), que foi o grande precursor dessa abordagem para a primeira infância, quando, junto à equipe de pedagogos, professores, atelieristas e demais educadores, criaram:

“O Projeto Educativo da Primeira Infância de Reggio Emilia, que apresentava como seus princípios norteadores: a formação na prática e o

papel do educador; documentação pedagógica; espaço como educador; cem linguagens para crianças; e pedagogia da escuta”. (SILVA, 2011, p. 91).

O contexto da abordagem reggianas tem como pressuposto a criança como sujeito cheio de curiosidade e criatividade e suas instituições têm como objetivo “defender e promover os direitos e as potencialidades das crianças”. (SILVA, 2011, p. 90). Complementando a ideia de Silva, Moreno (2012) constata que:

A concepção de criança, neste caso, consiste em pensá-la como uma pessoa, portadora de direitos e deveres, capaz de aprender e ensinar, de descobrir o mundo a sua volta por meio de linguagens e de viver em comunidade, partilhando seus anseios e conquistas com os adultos. (MORENO, 2012, p. 23).

Moreno afirma que “que, no Brasil, tanto as instituições públicas como as particulares podem aprender com a experiência de educação da primeira infância de Reggio Emilia”. (p. 24). A autora comenta sobre a pesquisa de Silva (2011), “que se propôs, a partir de suas pesquisas e vivências sobre a educação infantil brasileira e italiana, a fazer um trabalho de parceria família-escola, no qual a família se integra às propostas educativas”. (p. 24).

Outro aspecto relevante na abordagem de Reggio Emilia, segundo Moreno, “é que o sistema surgiu a partir de um movimento de colaboração entre os pais, desde o início, houve um reconhecimento explícito da relação de parceria entre pais, educadores e crianças”. (p. 25).

Para Silva, nessa abordagem há um sentimento de responsabilidade coletiva na educação e cuidado das crianças pequenas na qual:

Os educadores, conscientes de seus papéis como problematizadores de conhecimentos e mediadores de cultura, dialogam com os pais e partilham projetos educacionais. As famílias, também produtoras de cultura e aprendizagem, e cientes de suas obrigações, valorizam a escola e contribuem para o processo escolar integrado. A difícil tarefa de construir e manter a parceria família-escola é realizada diariamente, com a intenção maior de garantir o bem-estar da criança e a qualidade no atendimento. (SILVA, 2011, p. 107).

Moreno afirma que “a experiência em Reggio Emilia é viável também para este nível de ensino, em especial, no que diz respeito ao relacionamento entre as crianças, as famílias, a escola e os professores”. (p. 26). Pode-se acrescentar que a

participação é fundamental e influencia o desenvolvimento da criança no processo de ensino aprendizagem.

A pesquisa de Letícia Casanova (2011) tem como objetivo escutar as famílias de crianças do berçário, que frequentavam a creche em período integral procurando compreender o sentido atribuído por elas às atividades realizadas nas creches e caracterizando a relação dos pais com os profissionais da mesma. Fundamentam sua a pesquisa os seguintes autores Lahire; Portugal; Goldschmied e Jackson; Fortunati; Dahlberg, Moss e Pence; Oliveira, Heywood.

Casanova citando Heywood (2004) o conceito de infância "supera a compreensão simplista de considerar a ausência ou presença do sentimento de infância em um ou outro período da história" (p. 63). Heywood traz diferentes noções sobre a infância em tempos e lugares diferentes:

Todas as sociedades, em todas as épocas, tiveram o conceito de infância, ou seja, a noção de que as crianças podem ser diferenciadas dos adultos de várias formas. O ponto em que elas diferem é em suas concepções de infância, as quais especificam essas formas de distinção. Portanto elas terão idéias contrastantes sobre questões fundamentais relacionadas a duração da infância, às qualidades que diferenciam os adultos das crianças a à importância vinculada às suas diferenças. (HEYWOOD, 2004, apud CASANOVA, 2011, p. 63).

Na pesquisa a autora discute sobre a importância de conhecer cada criança e expressa a necessidade da troca e interação entre família e escola e também no sentido de conhecer as famílias. Nesse sentido ela cita Lahire (1995) que contribui acerca da relação de classes sociais e cultura, para ele o "fato de diferentes membros das famílias agirem como agem, de seus filhos serem o que são e comportarem-se como tal nos espaços escolares não é fruto de causas únicas que agiriam poderosamente sobre eles" (1995). Casanova conclui que as famílias têm participação naquilo que os filhos se tornam. (CASANOVA, 2011, p. 38).

Sobre as relações das mulheres na sociedade a autora traz a contribuição de Portugal (1998) no sentido de que a emancipação da mulher é um fato que:

Para além de induzir profundas alterações socioeconômicas na coletividade em geral, do ponto de vista psicológico, expressa modificações profundas na própria maneira de estar, de ser e de querer da mulher nas sociedades actuais. (PORTUGAL, 1998, apud CASANOVA, 2011, p. 45).

Ou seja, as mulheres na busca pelo campo de trabalho, procuram por instituições de educação para deixar os filhos, seja para ajudar ou para prover seu próprio sustento.

Casanova em sua pesquisa conduz a questão sobre o porquê as mães deixam os filhos na creche. O lugar de ficar e de aprender aparecem nas entrevistas. Segundo a autora:

A creche faz parte de um contexto histórico que por muito tempo significou um lugar para as mães deixarem seus filhos enquanto trabalhavam. Neste contexto, as ações limitavam-se ao assistencialismo e a pura conduta de cuidado. (CASANOVA, 2011, p. 44).

Casanova argumenta que “a creche não deve ser um simples lugar para as crianças serem deixadas, mas sim, um ambiente que favoreça o desenvolvimento integral de cada criança, um lugar para aprender”. (CASANOVA, 2011, p. 44).

Na pesquisa, ficou evidente a percepção das mães em relação às atividades de brincar como um ato rotineiro e sem função educativa, percebidos somente nos momentos de espera pelos familiares. Para o contrário, citando Goldschmied e Jackson (2006), afirmam que “convencer os pais de que a criança está bem ocupada quando ‘só brinca’ sempre foi um problema para educadores da primeira infância, em muitas culturas dá-se pouca importância ao brincar”. (GOLDSCHMIED, JACKSON, 2006, apud CASANOVA, 2011, p. 60).

Para Casanova o sentido de aproximar a as duas instituições se traduz “nas conversas nos horários de entrada e saída, reuniões de pais e festas comemorativas” e entende-se que “estar presente na creche não garante que as famílias entendam e percebam o que se faz lá”. (p. 81). Para Fortunati, citado por Casanova, esse encontro se apresentam mais como “rituais vazios” que como um processo de relação dinâmico. (FORTUNATI, 2009, apud CASANOVA, 2001, p. 81).

Com o intuito de pensar na construção dessa relação, para Casanova importante “refletir sobre o contexto da relação entre família e creche é especificar o encontro humano” (p. 75). Dahlberg, Moss e Pence (2003) evidenciam que “quando um encontro humano é a base da pedagogia e dos relacionamentos éticos, então facilitar e realizar esses encontros torna-se o verdadeiro papel das instituições dedicadas a primeira infância”. (DAHLBERG, MOSS, PENSE, 2003, apud CASANOVA, 2011, p. 75).

Após o exame dos referenciais teóricos utilizados pelas autoras, foi possível perceber a preocupação para a construção de uma relação mais amistosa e frequente da creche com a família, pois dela também depende o desenvolvimento da criança, visto que os autores citados pelos pesquisadores, mesmo com abordagens diferentes, caminham destacando a importância do outro para a construção do indivíduo, como também para a criação de experiências e mudanças nos indivíduos. Sinalizando desta forma que, a instituição de Educação Infantil e a Família são as entidades socializadoras mais presentes durante a infância, e se não houver relação entre essas duas podem ocorrer desentendimentos no processo, falta de interesse por alguma das partes em entender e dialogar com a outra e falhas no próprio processo educativo relacionado a contradições vividas nos dois âmbitos de vivência da criança pequena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi realizar levantamento bibliográfico acerca do tema relação família e educação infantil. No desenvolvimento, ao revisar a trajetória das leis e referenciais bibliográficos na área, foram elucidados alguns questionamentos colocados no início dessa produção. Foi constatado que, mesmo sendo uma discussão recente no Brasil, a caminhada é considerada longa e árdua, mas que ainda avança.

A pesquisa pela bibliografia referente ao tema foi realizada por meio de descritores que remetessem ao tema dessa monografia em uma plataforma de pesquisa especializada. No levantamento realizado encontramos uma grande produção com temas eliminados, ou seja, não tinham relação com o tema específico. Desenvolvemos o trabalho apresentando vários gráficos e tabelas apresentando os dados referentes a essas questões.

Após as etapas de levantamento pela plataforma de pesquisa, leitura dos resumos, distinção por temas que não tinham relação com a pesquisa, descrição dos mesmos, chegamos às produções com os temas relacionados. Dos sete trabalhos selecionados, somente seis estavam disponíveis nas plataformas das universidades. Dados referentes a essas produções também foram descritos por meio de gráficos e tabelas.

Com o levantamento observamos o pequeno número de trabalhos acerca do tema dessa monografia – lembrando que a pesquisa aconteceu em apenas uma plataforma de pesquisa, o que leva a possibilidade de pesquisas futuras em outras plataformas a fim de saber o que está sendo produzido sobre a temática. As produções encontradas são recentes, aconteceram entre os anos de 2011 e 2012. No início a Educação Infantil apresentava a creche num sentido assistencial e os espaços oferecidos apenas para o cuidado das crianças enquanto os familiares trabalhavam e com o passar do tempo essa concepção passou a levar em consideração o cuidar e o educar. Hoje pensamos em educação integral e não mais em educação em tempo integral. Isso leva a importância de realizar estudos posteriores que venham a contribuir para o campo da Educação Infantil.

O exame dos trabalhos afirma a necessidade da parceria entre a família e creche, pois é fundamental para o desenvolvimento integral da criança. Essa relação é permeada por vários desafios e é importante que as duas instituições, as primeiras

nas quais as crianças se socializam, estejam cada vez mais em sintonia para atingirem seu objetivo maior que é formar um cidadão independente e crítico. Quanto maior o vínculo mais a crianças se desenvolve, se sente acolhida e percebe essa dedicação por parte de todos.

É preciso que ambas se conheçam e criem vínculos de colaboração, uma sabendo do papel da outra. Como algumas autoras evidenciaram em suas pesquisas, esse conhecer é importante para que as instituições busquem saber qual é a realidade da criança e da família que frequenta aquela instituição. Conhecer essa realidade faz com que a instituição tenha outra posição sobre o assunto, isso evita o julgamento dos pais que não “cumprem as regras” do local.

As mudanças nos arranjos familiares também estão gerando conflitos dentro das instituições, as educadoras não sabem lidar com as novas possibilidades e entendem que nesses casos só existe um tipo de organização: a família que é mantida pelo pai, com mãe e irmãos. As famílias foram representadas nas pesquisas por pais separados, por avós, por pais muito jovens apoiados pelos avós, por uniões homoafetivas. As crianças sempre tiveram um representante dentro das instituições.

Os conflitos existentes nas instituições citados pelas autoras são relacionados aos encontros e desencontros, a situação empregatícia das famílias, a sua participação nas atividades dentro da creche, as organizações familiares e o cumprimento de regras são conflitos que levam ao desejo de padronização das famílias, pois acreditam na existência de um tipo único de organização familiar e na busca pela divisão de tarefas. Os profissionais da instituição desconhecem os motivos pelos quais as famílias não cumprem seu papel e muitas vezes acabam expondo os pais ao constrangimento, ações essas que provocam descontentamento das famílias.

Em meio aos conflitos tratados pelas autoras observamos que além da necessidade de conhecer as famílias fora das creches, é preciso valorizar ainda mais a formação de professores tanto inicial quanto continuada, criando estratégias para construir a parceria com os pais ou responsáveis trazendo para essa relação família e instituição de Educação Infantil, uma nova definição seja sobre o tema propriamente dito, sobre os novos arranjos familiares e como e quais métodos utilizar para que essas relações aconteçam de forma prazerosa para todos.

Nos trabalhos que sugeriram e aplicaram propostas de interação entre as instituições observamos que essa parceria é possível, os familiares desejam essa

possibilidade. Os pais participaram das atividades propostas e os profissionais se mostram acolhedores em compartilhar suas práticas.

As possibilidades sobre o tema não se esgotam, as análises realizadas abrem novos caminhos para entender, compreender e desenvolver meios para tornar essa relação agradável para ambas as instituições. Os trabalhos examinados indicam a necessidade de entender mais sobre os arranjos e estruturas familiares na Educação Infantil em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. A. C. **Os sentidos e significados do educador da infância sobre a família**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ANGOTTI, M. Educação infantil: para que, para quem e por quê? In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** 3ª ed. – Campinas, SP: Alínea, 2010, p. 15-32.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República: Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01/07/2015.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 23/05/2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução CNE/CEB nº 01/99, de 07 de abril de 1999. Fixa as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso em: 23/05/2015.

BRASIL/MEC. PARECER CNE/CEB Nº: 20/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2097-pceb020-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10/07/2015.

CAMPOS, M. M. M. **A constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos**. Fundação Carlos Chagas; Cadernos de Pesquisa. São Paulo: PUC/SP, n. 59, novembro 1986, p. 57-65.

CASANOVA, L. V. **O que as crianças pequenas fazem na creche? As famílias respondem**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Educação, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 2011.

CERIBELLI, R. de F. **A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO NA FORMAÇÃO CONTINUADA**. 2011. Tese (Mestrado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2011.

CERISARA, A. B. **Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil?** Perspectiva. Florianópolis: UFSC, Vol. 17, número especial: julho/dez. 1999, p. 11-21.

COSTA, F. N. do A. O cuidar e o educar na educação infantil. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** 3ª ed. – Campinas, SP: Alínea, 2010, p. 61-86.

FILHO, A. G. L.; NUNES, M. F. Direitos da criança à Educação Infantil: reflexões sobre a história e a política. In: KRAMER, S.; NUNES, M. F.; CARVALHO, M. C. (Orgs.). **Educação Infantil: formação e responsabilidade**. – 1ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2013, p. 67-88.

GUIMARÃES, D. Na creche, o cuidado como ética: caminhos para o diálogo com bebês. In: KRAMER, Sonia. **Retratos de um desafio: crianças e adultos na educação infantil**. São Paulo: Ática, 2009, p. 95-108.

HOLZ, E. O período de inserção de um bebê na creche: uma aproximação em um grupo já constituído. In: COUTINHO, A. S.; DAY, G.; WIGGERS, V. (Orgs.). **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional**. São Leopoldo: Oikos: Nova Harmonia, 2012, p. 128-141.

KUHLMANN JR. M. **Histórias da educação infantil brasileira**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Mai/Jun/Jul/Ago. 2000 nº 14, p. 5-18.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2011.

MORENO, G. L. **A relação professor-escola-família na educação de criança de 4 a 6 anos: estudo de caso em duas instituições de ensino da cidade de Londrina**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, M. das G. **A relação entre a família e a creche pública no cuidado e na educação das crianças**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

PORTILHO, E. M. L.; RIBEIRO, A. F. P.; MEDINA, G. B. K. As representações das professoras/educadoras de Educação Infantil: o olhar sobre si mesma e o olhar da família. In: ENS, R. T.; GARANHANI, M. C. (Orgs.). **A sociologia da infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2013, p. 301-321.

SAMBRANO, T. M. (Con)vivendo com Crianças e suas Famílias. Desafios para o educador? In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**. Campinas, SP: Alínea, 2009, p. 51-66.

SAMBRANO, T. M. Relação instituição de Educação Infantil e família: um sonho acalentado, um vínculo necessário. In: ANGOTTI, M. (Org.). **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** – 3ª ed. - Campinas, SP: Alínea, 2010, p. 139-155.

SARTI, C. A.; MARANHÃO, D. G. “A creche é o pai”: instituição pública ou projeção de uma família idealizada? In: MULLER, F. (Orgs.). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 223-239.

SILVA, A. T. G. A. M. da. **A construção da parceria família-creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado e educação das crianças**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VALE, I. C. de O. do. Educação Infantil: um olhar para a inserção. In: COUTINHO, A. S.; DAY, G.; WIGGERS, V. (Orgs.). **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil: diálogos possíveis a partir da formação profissional**. São Leopoldo: Oikos: Nova Harmonia, 2012, p. 117-127.

ANEXO

QUADRO 2 - TESES/DISSERTAÇÕES QUE CORRESPONDEM AO TEMA ABORDADO – Palavra chave: Família e Educação Infantil (07/07/2015)

*em verde – não está disponível na íntegra

(continua)

Autor	Programa de Pós-Graduação/Instituição	Ano	Título do Trabalho / Descrição
Juracyara Alves de Santana	MESTRADO ACADÊMICO em FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	2011	FAMÍLIA E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA - objetivo identificar a família e a instituição de educação infantil enquanto espaço privilegiado de educação das crianças.
Ana Teresa Gavião Almeida Marques da Silva	DOUTORADO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2011	A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA FAMÍLIA-CRECHE: EXPECTATIVAS, PENSAMENTOS E FAZERES NO CUIDADO E EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS - realização de um trabalho de parceria família-escola, no qual a família se integra às propostas educativas.
Renata de Fátima Ceribelli	MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	2011	A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO NA FORMAÇÃO CONTINUADA - Entender as perspectivas das professoras sobre a relação família e escola, tão necessária ao desenvolvimento da educação e dos cuidados integrais à infância, se faz relevante.
Maria das Graças Oliveira	DOUTORADO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	2011	A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A CRECHE PÚBLICA NO CUIDADO E NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS - analisar como as relações entre as famílias e as creches públicas são construídas no cotidiano.
Letícia Veiga Casanova	MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	2011	O QUE AS CRIANÇAS PEQUENAS FAZEM NA CRECHE? AS FAMÍLIAS RESPONDEM - objetivo escutar as famílias de crianças de berçários, que frequentam a creche em período integral, procurando compreender o sentido atribuído por elas às atividades educativas realizadas nas creches.
Gilmara Lupion Moreno	DOUTORADO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2012	A RELAÇÃO PROFESSOR-ESCOLA-FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 4 A 6 ANOS: ESTUDO DE CASO EM DUAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA CIDADE DE LONDRINA - pesquisar

			sobre a relação professor-escola-família na educação da criança de 4 a 6 anos na instituição de ensino.
Angelica Aparecida da Silva Curvelo	MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO (PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	2012	SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO EDUCADOR DA INFÂNCIA SOBRE A FAMÍLIA - apreender e compreender os sentidos e significados constituídos por professores atuando na Educação Infantil acerca das famílias dos educandos e da importância das relações entre famílias e escolas, para o trabalho docente.

QUADRO TESES/DISSERTAÇÕES QUE CORRESPONDEM AO TEMA ABORDADO – Palavra chave: Família e creche (07/07/2015)

*em cinza: aparecem no descritor “família e educação infantil”.

Autor	Programa de Pós-Graduação/Instituição	Ano	Título do Trabalho / Descrição
Ana Teresa Gavião Almeida Marques da Silva	DOUTORADO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	2011	A CONSTRUÇÃO DA PARCERIA FAMÍLIA-CRECHE: EXPECTATIVAS, PENSAMENTOS E FAZERES NO CUIDADO E EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS - realização de um trabalho de parceria família-escola, no qual a família se integra às propostas educativas.
Letícia Veiga Casanova	MESTRADO ACADÊMICO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	2011	O QUE AS CRIANÇAS PEQUENAS FAZEM NA CRECHE? AS FAMÍLIAS RESPONDEM - objetivo escutar as famílias de crianças de berçários, que freqüentam a creche em período integral, procurando compreender o sentido atribuído por elas às atividades educativas realizadas nas creches.
Maria das Graças Oliveira	DOUTORADO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	2011	A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A CRECHE PÚBLICA NO CUIDADO E NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS - analisar como as relações entre as famílias e as creches públicas são construídas no cotidiano.
Márcia Gagliardi	DOUTORADO em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	2011	A RELAÇÃO ENTRE MÃE E PROFESSORA NA CRECHE UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE - estudo das relações estabelecidas entre professora e mãe no contexto da Educação Infantil, em particular, na creche, buscando compreender o lugar dessa interação no processo de constituição do papel profissional da professora nesse contexto.

FONTE: CAPES